



SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA DE PESQUISA E OPINIÃO PÚBLICA

Relatório Técnico

PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA

O Estatuto do Idoso – três anos depois da promulgação

DataSenado 

16 a 22 de agosto de 2006

DataSenado 

Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública
Coordenação DataSenado – Serviço de Pesquisa de Opinião



Dados Técnicos

Pesquisa	Pesquisa de opinião pública de abrangência restrita ao Distrito Federal.
Universo	Eleitores e potenciais eleitores brasileiros (população com idade igual a 16 anos ou mais), num total de 1.655.050 indivíduos.
Cotas	Preservadas as cotas populacionais para gênero: 54% mulheres e 46% homens.
Entrevistas	784 entrevistas.
Margem de Erro	Confiança = 95%, Margem de Erro = 3,5%.
Período de Campo	16 a 22 de agosto de 2006
Realização	Serviço de Pesquisa de Opinião Pública – DataSenado e Alô Senado.

Metodologia: O Plano Amostral foi determinado a partir do Universo de eleitores e potenciais eleitores (indivíduos com idade igual a 16 anos ou mais) constantes da base eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral. A amostra considerou a cota gênero como representadas no universo da pesquisa.

Com base nessas premissas foram sorteados 784 números telefônicos a serem chamados.

Os números telefônicos utilizados na realização das chamadas foram obtidos com a geração aleatória de números de complemento (quatro últimos números da formação de um número telefônico) e agregação desses aos números das Centrais de Comutação de Telefonia Fixa (prefixos) informados pela Anatel. Em seguida foram sorteados os números para a composição da Amostra e listas de reposições, garantindo aos telefones localizados em todas as 28 Regiões



Administrativas em que está dividido o Distrito Federal a possibilidade de serem sorteados.

RESULTADOS GERAIS

Os objetivos da pesquisa, de avaliar o conhecimento da população eleitoral e potencialmente eleitoral de Brasília sobre o Estatuto do Idoso, três anos após sua promulgação, e de investigar as opiniões sobre a situação social do idoso, comparativamente aos resultados da pesquisa realizada pelo DataSenado em 2003, foram plenamente alcançados. Ressalte-se que a pesquisa realizada em 2003 teve como universo os cidadãos que entraram em contato com o Serviço 0800 – A Voz do Cidadão, de todos os estados brasileiros, durante os meses de janeiro a maio daquele ano.

Não puderam participar desta pesquisa os respondentes menores de 16 anos, mesmo que tenham demonstrado interesse em respondê-la.

O índice de rejeição foi de 35% do total de chamadas telefônicas realizadas com sucesso.

Representantes de todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal foram pesquisados, com exceção da RA Varjão, cuja criação recente pode ter influenciado os possíveis respondentes a indicarem como local de residência a RA Lago Norte, de onde se originou a nova RA.

O perfil dos respondentes apresentou forte concentração na população com idades entre 20 e 39 anos, 53%, maioria de mulheres, 54%, ensino médio, 48% e renda familiar até cinco salários mínimos (R\$ 1.750), com 52%.

O CONHECIMENTO DO ESTATUTO DO IDOSO



Apenas uma pequena parte da população pesquisada admitiu conhecer bem o Estatuto, 4%. Entretanto, a grande maioria, 63%, declarou conhecer um pouco a Lei. Já os restantes 32% declararam desconhecê-la.

A soma dos índices dos que 'não conhecem' com os que 'conhecem pouco' alcançou 95% da amostra, o que aponta para a necessidade de uma divulgação mais intensiva da norma na sociedade.

Em contrapartida, o índice dos que acreditam que o Estatuto do Idoso mostrou-se adequado, ou parcialmente adequado, às necessidades dos idosos atingiu 75% do total dos questionários aplicados. Isso demonstra a confiança da população que tem algum nível de conhecimento da norma no acerto da decisão do legislador em propor e aprovar a matéria.

Os demais 16% dos entrevistados acreditam que a norma é inadequada às necessidades dos idosos brasileiros.

Este posicionamento mostrou uma mudança em relação à pesquisa realizada em 2003, quando a maioria dos entrevistados, 76%, declararam acreditar que a legislação brasileira do idoso, à época, era inadequada ou apenas parcialmente adequada às necessidades sociais.

No que se refere à entrada em vigor do Estatuto, as opiniões sobre seus efeitos na sociedade, demonstraram uma divisão eqüitativa. Para 46% dos participantes o respeito ao idoso, após a Lei, permaneceu a mesma coisa que antes, e 44% disseram que o respeito aumentou.

O RESPEITO DA SOCIEDADE PELO IDOSO

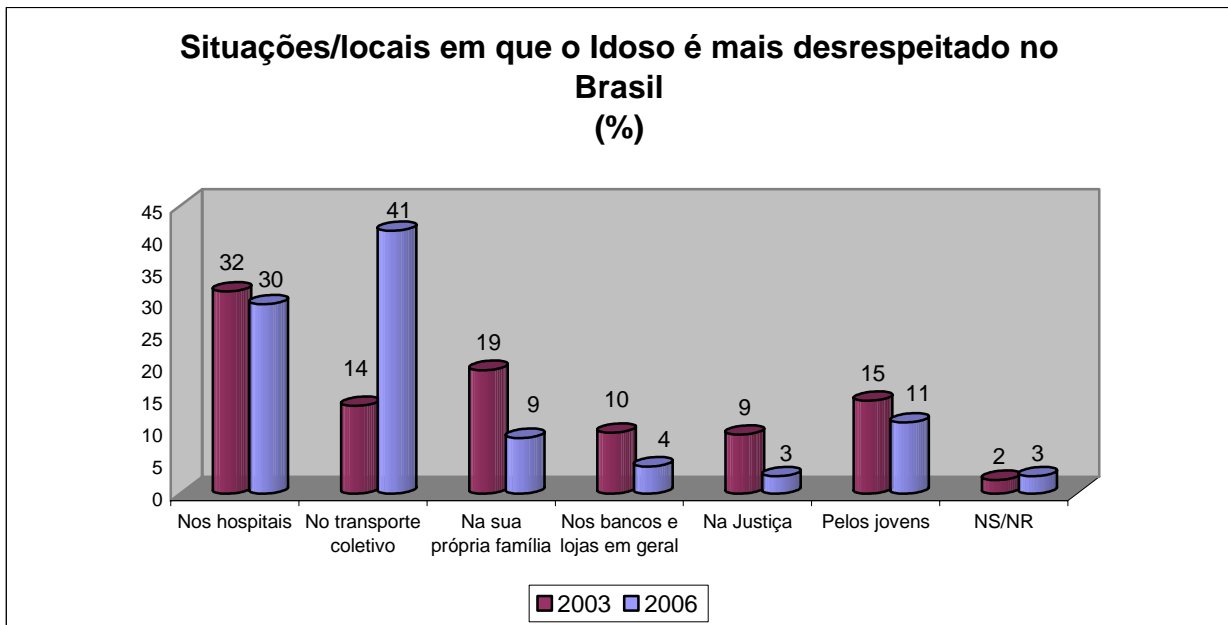


SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA DE PESQUISA E OPINIÃO PÚBLICA

Independentemente do conhecimento do Estatuto do Idoso pelos entrevistados a totalidade da amostra foi argüida sobre suas percepções em relação ao respeito social com o idoso.

De forma geral a opinião dos brasileiros é de que a sociedade brasileira não respeita seus idosos, pois 76% assim responderam quando questionados a respeito. Opinião similar à obtida na pesquisa nacional de 2003, quando 74% deram a mesma resposta.

Percebeu-se uma mudança da opinião geral com relação à situação ou local em que os entrevistados acreditavam que os idosos eram menos respeitados. Para a amostra brasileira é no uso dos transportes que o idoso é mais desrespeitado, quando na pesquisa de 2003 foram indicados os hospitais como o local onde ocorriam os maiores desrespeitos. Esta mudança de foco pode estar vinculada a uma percepção social mais aguçada acerca do comportamento das empresas de transportes locais, intermunicipais e interestaduais que, ou ainda não se adequaram ou assumiram posturas frontalmente desrespeitosas à legislação, não permitindo aos idosos o benefício concedido em Lei do transporte gratuito.



Como na pesquisa de 2003, quando 73% dos entrevistados disseram ter presenciado ou ouvido falar de algum caso de maus-tratos a idosos, 76% dos entrevistados desta pesquisa também já presenciaram ou ouviram relatos de casos de maus-tratos.

OS PODERES DA REPÚBLICA E OS IDOSOS

Quando solicitados a avaliar a atuação dos Três Poderes da República em relação aos Idosos, atribuindo a cada um deles uma nota no intervalo entre Zero e Dez, os brasileiros repetiram os resultados obtidos na pesquisa nacional de 2003. As *notas médias* obtidas pelos Três Poderes foram idênticas, 5.



TABELAS GERAIS

P1. O Sr. (Sra.) poderia responder algumas perguntas sobre o Estatuto do Idoso?

	Freqüência	(%)
Sim	812	65
Não	428	35
Total	1.240	100

P2. Idade

	Freqüência	(%)
Menor de 16 anos	23	3
16 a 19 anos	44	5
20 a 29 anos	230	29
30 a 39 anos	183	23
40 a 49 anos	143	18
50 a 59 anos	115	14
60 anos ou mais	69	9
Total	807	100

P3. Qual o seu grau de conhecimento sobre o Estatuto do Idoso?

	Freqüência	(%)
Conheço bem	34	4
Conheço pouco	497	63
Não conheço	248	32
NS/NR	5	1
Total	784	100

P4. Na sua opinião, o Estatuto do Idoso mostrou-se adequado às necessidades dos idosos?

	Freqüência	(%)
Adequado	174	33
Parcialmente adequado	225	42
Inadequado	86	16
NS/NR	46	9
Total	531	100



P5. O que o Senhor(a) acha que ocorreu com o respeito pelo idoso no Brasil após a entrada em vigor da nova Lei?

	Freqüência	(%)
Aumentou	236	44
Continuou a mesma coisa	246	46
Diminuiu	30	6
NS/NR	19	4
Total	531	100

P6. O Senhor(a) acha que a sociedade brasileira respeita o idoso?

	Freqüência	(%)
Respeita	164	21
Não respeita	596	76
NS/NR	24	3
Total	784	100

P7. Em que situação o Senhor(a) julga que o idoso é menos respeitado no Brasil?

	Freqüência	(%)
Nos hospitais	232	30
No transporte coletivo	322	41
Na sua própria família	68	9
Nos bancos e lojas em geral	33	4
Na Justiça	21	3
Pelos jovens	87	11
NS/NR	21	3
Total	784	100

P8. O Senhor(a) já presenciou ou ouviu falar de algum caso de maus-tratos a idosos?

	Freqüência	(%)
Sim	594	76
Não	183	23
NS/NR	7	1
Total	784	100



P9. De Zero a Dez, que nota o Senhor(a) daria à atuação do Poder Legislativo com relação aos idosos?

	Freqüência	(%)
0	56	7
1	14	2
2	34	4
3	40	5
4	65	8
5	189	24
6	106	14
7	108	14
8	88	11
9	20	3
10	22	3
NS/NR	42	5
Total	784	100

P10. De Zero a Dez, que nota o Senhor(a) daria à atuação do Poder Executivo com relação aos idosos?

	Freqüência	(%)
0	63	8
1	15	2
2	34	4
3	56	7
4	58	7
5	185	24
6	109	14
7	100	13
8	83	11
9	24	3
10	28	4
NS/NR	29	4
Total	784	100



P11. De Zero a Dez, que nota o Senhor(a) daria à atuação do Poder Judiciário com relação aos idosos?

	Freqüência	(%)
0	63	8
1	13	2
2	33	4
3	60	8
4	59	8
5	162	21
6	101	13
7	92	12
8	87	11
9	32	4
10	29	4
NS/NR	53	7
Total	784	100

P12. Sexo:

	Freqüência	(%)
Feminino	421	54
Masculino	363	46
Total	784	100

P13. Escolaridade:

	Freqüência	(%)
Não alfabetizado	12	2
Ensino Fundamental	186	24
Ensino Médio	378	48
Ensino Superior	189	24
Pós-Graduação	19	2
Total	784	100

P14. Renda familiar:

	Freqüência	(%)
Até 2 SM (R\$ 700)	202	26
Mais de 2 a 5 SM (de R\$ 701 a R\$ 1.750)	203	26
Mais de 5 a 10 SM (de R\$ 1.751 a R\$ 3.500)	138	18



SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA DE PESQUISA E OPINIÃO PÚBLICA

Mais de 10 a 20 SM (de R\$ 3.501 a R\$ 7.000)	99	13
Mais de 20 SM (acima de R\$ 7.001)	68	9
NS/NR	74	9
Total	784	100

P15. Região Administrativa:

	Freqüência	(%)
Brasília	151	19
Gama	41	5
Taguatinga	98	13
Brazlândia	8	1
Sobradinho	42	5
Planaltina	28	4
Paranoá	19	2
Núcleo Bandeirante	6	1
Ceilândia	108	14
Guará	48	6
Cruzeiro	19	2
Samambaia	45	6
Santa Maria	32	4
São Sebastião	14	2
Recanto das Emas	22	3
Lago Sul	23	3
Riacho Fundo	11	1
Lago Norte	10	1
Candangolândia	6	1
Águas Claras	15	2
Riacho Fundo II	5	1
Sudoeste/Octogonal	18	2
Park Way	8	1
SIA	3	0
Sobradinho II	2	0
Jardim Botânico	1	0
Itapuã	1	0
Total	784	100



SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
SECRETARIA DE PESQUISA E OPINIÃO PÚBLICA



Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública
Coordenação DataSenado – Serviço de Pesquisa de Opinião